

Fábrica de líderes

A influência da USP na formação da elite dirigente nacional

Maria Rita Loureiro*

<https://orcid.org/0000-0003-3129-4956>

Adriano Codato**

<http://orcid.org/0000-0002-5015-4273>

Rafael Rodrigues Viegas***

<https://orcid.org/0000-0002-8304-2390>

Rodrigo Silva**

<https://orcid.org/0000-0001-7051-9391>

Introdução

Ao completar nove décadas de existência, a Universidade de São Paulo (USP) tornou-se a mais importante e prestigiosa universidade do país, posicionada entre as cem melhores do mundo e como a melhor da América Latina¹. Suas contribuições para as mais diversas áreas das ciências e da cultura são inegáveis. O debate que sua criação nos anos 1930 ofereceu à reafirmação dos valores republicanos de escola pública e da laicidade do ensino no Brasil também merece ser destacado.

O projeto da USP visava a criar uma instituição de ensino de excelência. Almejava também um objetivo político, explicitamente formulado por seus idealizadores: a formação de novas elites dirigentes para o país saído da Revolução de 1930 e em processo de profundas transformações sociais e econômicas².

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

** Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.

*** Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil.

1. Conforme avaliação de 1.499 universidades feita pela instituição inglesa QS World University Ranking, para o ano de 2022.
2. Se a pretensão dos mentores da USP inspira-se no positivismo que, como sabemos, teve grande influência nos meios intelectuais e políticos brasileiros e, em particular, nos defensores da República, é plausível supor que o grupo idealizador da USP também tenha se inspirado no exemplo de universidades europeias, como Oxford e Cambridge, na Inglaterra que constituíram o espaço acadêmico por excelência de recrutamento das elites dirigentes daquele país (Williams e Filippakou, 2010).

Este artigo se propõe a investigar se esse objetivo foi concretizado. Entendendo a noção de “elites políticas” como os segmentos politicamente ativos das classes sociais (Codato e Perissinotto, 2011) e de “elites dirigentes” como a parcela das elites políticas que ocupam a alta direção do Estado, buscamos verificar se a USP, além de ser um centro de destaque na produção científica e intelectual, tem também um peso considerável no recrutamento dos altos dirigentes do Estado brasileiro.

O estudo parte de uma crítica à pretensão elitista dos mentores da USP de que o Estado de São Paulo seria portador de uma posição histórica excepcional frente ao restante da federação brasileira, cabendo, portanto, a seus líderes comandarem os rumos do país. Questiona, ainda, a visão positivista implícita no projeto de que a formação intelectual, em particular, a técnico-científica, se tornaria a grande alavanca de novas carreiras políticas no Brasil.

Ao contrário, supomos aqui que as oligarquias historicamente dominantes na política brasileira continuam prevalecendo, não só nas formas tradicionais, mas também em novas versões, representadas por grupos econômicos e financeiros internacionalizados. Tais grupos oligárquicos, dispersos na federação brasileira, parecem constituir as fontes de recrutamento dos dirigentes nas três esferas do poder administrativo (Executivo, Legislativo e Judiciário), seja entre os partidos e clientelas de poder estaduais que controlam sobretudo as casas legislativas, seja entre os diferentes centros universitários do país e do exterior, em que se formam os ocupantes de cargos da alta burocracia econômica do Executivo federal.

O trabalho analisa um banco de dados que vai dos anos 1930 a 2023, contendo informações relativas às instituições em que se formaram no ensino superior todos os ocupantes de cargos de presidente da República, ministros de Estado das cinco pastas principais que existiram durante o período analisado (Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação e Ministério da Saúde), dos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e ainda dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e comandantes do Ministério Público Federal (MPF). Além dessas, foram levantadas também informações referentes aos dirigentes de agências burocráticas encarregadas das políticas de desenvolvimento econômico que, como ampla literatura tem indicado, tiveram papel decisivo na direção do Estado Brasileiro após 1930. São elas: a Assessoria Econômica de Vargas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Banco Central e a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), órgão do Banco do Brasil embrião do Banco Central³.

3. A importância destes órgãos estatais no processo de planejamento econômico e de desenvolvimento do país foi constatada por vários trabalhos. Ver a respeito Leff (1970), Ianni (1971), Martins (1976), D' Araújo (1982), Sola (1988), Loureiro (1997), Codato (1997).

O texto a seguir está assim organizado: além desta introdução e de uma breve retomada da literatura sobre o tema, são detalhados os aspectos metodológicos do trabalho e esclarecidas as decisões tomadas. Em seguida, os dados são apresentados e os resultados discutidos. Ao final, apontamos algumas conclusões.

A USP e a formação das elites dirigentes: breve retomada da literatura

O projeto de criação da USP partia do diagnóstico de que a crise política que se configurou no Brasil após a Proclamação da República decorria do divórcio entre sua elite intelectual e a “política militante”, ou seja, os políticos profissionais. Seus formuladores consideravam que a criação de uma universidade seria uma tarefa necessária e urgente para formar elites intelectuais desinteressadas, capazes de regenerar a política e superar a crise nacional expressa no sistema partidário-eleitoral da República Velha e no domínio de suas oligarquias.

Embora discutido desde a década de 1920, o projeto só foi posto em prática em 1934, como reação política à derrota militar sofrida por São Paulo na insurreição de 1932 contra o Brasil e após o acordo com o governo Vargas que permitiu a nomeação, como interventor no estado, de Armando de Salles Oliveira, político do Partido Democrático ligado ao grupo dos idealizadores da universidade. Além disso, tal decisão foi tomada com a pretensão explícita de recuperar a hegemonia política de São Paulo, como afirmou Júlio de Mesquita Filho: “Vencidos pelas armas, sabíamos que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da federação” (Mesquita Filho, 1969, p. 198)⁴.

A ideia de formar uma elite intelectual, por meio da criação de um “instituto de alta cultura” onde se cultivariam “as verdadeiras forças criadoras da civilização”, nas palavras de Fernando de Azevedo (1937), foi atendida, pelo menos formalmente, no decreto que instituiu a USP e no qual se criou, ao mesmo tempo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), pensada como o núcleo central da universidade. Completando esta ideia, houve ainda a iniciativa, bastante enfatizada na história da USP, de trazer professores europeus para formar seu primeiro corpo docente.

A crença de inspiração positivista em um saber “desinteressado” de elites intelectuais que seriam destinadas a conduzir o país, porque portadoras de um “Bem Comum”, não encontrou respaldo na realidade. Além disso, os idealizadores da USP também esbarraram em outros obstáculos.

4. O grupo de Júlio de Mesquita Filho era composto de políticos e intelectuais ligados ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Cabe destacar a participação do educador Fernando Azevedo que, depois, se tornará também professor de renome na USP. Para análise aprofundada do tema, ver Cardoso (1982) e Limongi (1989). Para uma história detalhada da política desse período, ver Codato (2010).

Cardoso (1982) indica que a chegada dos professores franceses produziu um clima de hostilidade por parte de intelectuais católicos e de integralistas que os consideravam de esquerda. Os dirigentes das escolas tradicionais, como as Faculdades de Direito, de Medicina, a Escola Politécnica e outras, reunidas para criar a USP e compondo o grupo político mais forte dentro da nova instituição, rejeitaram frontalmente o projeto de integração de todas as cadeiras de conteúdo não profissionalizante da universidade dentro da FFCL⁵. Segundo Hey e Catani (2016), as escolas profissionalizantes fundamentavam sua rejeição à FFCL e aos professores estrangeiros, argumentando que o Brasil não precisava de humanistas e sim de técnicos para contribuir com seu progresso econômico. Os autores apontam ainda que no final da década de 1930 já era nítida a impossibilidade de realização do modelo proposto⁶.

Além da hostilidade política e ideológica ao projeto de um instituto central de estudos científicos e humanísticos, somou-se uma grande dificuldade por parte da FFCL para recrutar e manter alunos em seus cursos. Limongi (1989) mostra que diferentemente das expectativas dos mentores da USP, as elites paulistas continuaram enviando seus filhos para as escolas tradicionais. A faculdade acabou sendo procurada por grupos sociais com perfil bastante distinto do esperado, ou seja, foram recrutados segmentos médios ou em ascensão social, em grande parte filhos de imigrantes, professores primários no regime comissionado e um elevado contingente de mulheres.

Em suma, por razões político-ideológicas, mas também devido às transformações econômicas e sociais em curso no período em São Paulo, ocorreu o que Miceli denominou de “colisão entre o projeto ‘iluminista’ das elites locais e a irresistível profissionalização de setores médios em ascensão social” (Miceli, 1981, pp. 84-85).

Na verdade, o confronto entre o projeto da USP e seus resultados concretos precisa levar em conta seu conteúdo, eivado de discursos míticos (Cardoso, 1982). Primeiramente, a apologia ao bandeirantismo e à visão elitista da excepcionalidade de São Paulo frente ao restante da federação brasileira. Autointitulando-se como “Comunhão Paulista Ilustrada”, os mentores da universidade argumentavam não só

5. Como salienta Carlotto (2022, p. 76), Florestan Fernandes foi pioneiro em identificar a USP como uma instituição dividida em dois polos: um caracterizado por domínio político e econômico, composto pelas faculdades profissionais tradicionais pré-universitárias, e outro destacando-se pelo domínio acadêmico, mas sujeito à subordinação política e econômica, constituído pela então FFCL.
6. Também, Witter (1984) mostra que a rejeição à FFCL como “célula-mãe” da USP expressava-se no fato de que ela não tinha nem onde se instalar, nas suas primeiras décadas, ocupando espaços emprestados nas salas e laboratórios da Faculdade de Medicina e da Escola Politécnica. Os conflitos gerados por tal situação desdobraram-se em manifestações públicas de repúdio que levaram à expulsão dos membros da FFCL destes espaços e seu deslocamento por diferentes endereços na cidade de São Paulo. Tal situação só será alterada nos anos 1950, quando ela se instala de forma mais estável na rua Maria Antônia, momento que também coincide com seu apogeu (1984, pp. 151-160).

razões históricas, mas o valor excepcional de seus homens para justificar a excepcionalidade de São Paulo⁷. Alimentada pela grande expansão, desde o final do século XIX, da economia e da burguesia cafeeira em São Paulo, tal visão é reiterada por inúmeros intelectuais, inclusive Fernando Azevedo, que vê a “situação à parte” de São Paulo também no plano educacional, o que lhe daria direito a encarar o problema universitário e dar-lhe a solução que ele exige (Cardoso, 1982, pp. 31-32).

Mais eloquente ainda é o mito relativo ao caráter liberal que os mentores da USP atribuíram a si próprios. Cardoso (1982) relembra que eles invocavam um espírito de liberdade, ao mesmo tempo que escamoteavam o contexto ditatorial em que a universidade fora criada, através do compromisso do interventor de São Paulo com Vargas, visando a afastar possíveis ameaças de articulações revolucionárias então em curso no país e ainda a ocultar o empenho anticomunista de seus fundadores⁸.

A construção de uma autoimagem liberal, praticando e acobertando condutas autoritárias e repressivas, se repetirá durante a ditadura militar. A atitude que caracterizou a direção de USP ao longo desse período foi de adesão ao governo ditatorial e de conivência frente aos atos de repressão e violência perpetrados inclusive contra vários de seus professores⁹.

Na verdade, como ampla análise crítica já mostrou, os autoproclamados liberais brasileiros sempre compartilharam o discurso de defesa das liberdades com práticas autoritárias, violentas e repressivas, desde a convivência contraditória com o escravismo na Monarquia (Adorno, 1988; Nogueira, 2010) até a adesão, sem peias, a governos ditatoriais nos tempos mais recentes.

Em suma, se não foi concretizado o modelo de universidade projetado pelos mentores da USP, composto de um núcleo básico científico e humanístico, destinado

7. Mesquita Filho afirma ainda: “Paulistas até a medula, herdáramos de nossa ascendência bandeirante o gosto pelos planos arrojados e a paciência necessária à execução dos grandes empreendimentos. Ora, que maior monumento poderíamos erguer aos que haviam consentido no sacrifício supremo para preservar contra o vandalismo que acabava de aviltar a obra de nossos maiores, das bandeiras à independência e da Regência à República, do que a Universidade” (Mesquita Filho, 1969, p. 192).
8. Vale lembrar que em 1969, no auge da ditadura militar por ele apoiada, Mesquita Filho continuava a repetir: “Éramos irredutivelmente liberais. Tão convictamente liberais que nos julgávamos na obrigação de tudo fazer para que o espírito em que se inspirasse a organização da Universidade se mantivesse exacerbadamente liberal” (Mesquita Filho, 1969, p. 192).
9. Uma publicação da Associação dos Docentes da USP (Adusp) relata o controle ideológico ocorrido na USP durante a ditadura: “A reconstituição dos fatos ocorridos na Universidade de São Paulo após 1964, que culminaram em demissões e aposentadorias forçadas, é tarefa necessária para análise do processo que institucionalizou o controle ideológico. A amplitude, o caráter insidioso e os efeitos deletérios de todo este processo não são de conhecimento público. Concretizaram-se através de uma infinidade de atos de arbítrio, de pressões abertas ou veladas, de ilegalidades, mais ou menos ocultas, das quais cada um tem apenas um conhecimento parcial”. Ver a respeito Adusp, 1978. A publicação menciona ainda denúncias anônimas por parte de alguns professores contra colegas perseguidos pelos militares.

a renovar as elites políticas do país, não se podem negar a importância da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o papel que ela desempenhou na formação de um grande número de professores e pesquisadores em vários ramos da cultura e do desenvolvimento científico do país, alguns mesmo notáveis em suas áreas, como Mario Schenberg, na Física e Matemática, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Antonio Candido nas Ciências Sociais e Literatura, para ficar apenas nestes poucos exemplos.

Se a qualificação intelectual de Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes teve influência na ascensão que ambos tiveram a cargos de grande destaque político no Brasil, anos depois do afastamento da USP pelas aposentadorias forçadas, é preciso ressaltar, porém, que isso se deve ao peso de suas ligações aos dois partidos mais importantes de país após a redemocratização, PSDB e PT, respectivamente. Como reforço do argumento, cita-se o exemplo oposto, de outro cientista político de renome, Bolívar Lamounier, também professor da FFCL/USP e membro da Comissão responsável pelo anteprojeto da Constituição Federal que seria aprovada em 1988. Ele se candidatou a deputado federal, em 1986, para compor a Assembleia Constituinte, pelo PSB, partido menos expressivo eleitoralmente, mas não conseguiu se eleger nem seguir carreira política. Faltaram-lhe, muito provavelmente, apoio e força partidária para alavancá-la, mesmo porque, como se sabe, nas democracias contemporâneas e a despeito da crescente influência das redes sociais, os partidos são instituições necessárias para a ascensão ao poder.

Com relação às escolas profissionalizantes da USP, elas tampouco se tornaram espaço privilegiado de recrutamento de novas elites dirigentes. Referindo-se a essa temática, Schwartzman (1979) chega mesmo a falar de marginalidade política do Estado de São Paulo em relação ao poder nacional, ao constatar que o centro econômico e social mais importante do país estava alijado de núcleo do poder. Segundo ele, a explicação para este aparente paradoxo pode ser encontrada no fato de o sistema político brasileiro ser, historicamente, dominado pela simbiose entre um Estado central de características patrimonial-burocráticas e elites regionais oriundas de setores deprimidos da economia nacional e dependentes do apoio político do Estado nacional. Fato que daria, em consequência, mais força política para tais Estados em comparação a São Paulo. Outros autores também têm apontado na mesma direção, constatando que as classes dominantes de estados, cujo baixo dinamismo econômico dificulta sua reprodução social via mercado, empenham-se em garantir, como alternativa, espaços para seus filhos na política e na alta burocracia pública (Miceli, 1981; Canedo, 2016).

Pode-se aventar, ainda, que a própria transformação de São Paulo no mais importante centro urbano-industrial do país constituiu fator de atração dos egressos

da USP para cargos de direção nas empresas do setor industrial e de serviços urbanos paulistas, desobrigando-os, assim, de empenho na disputa por postos no nível federal de governo. Estes dois processos, em conjunto, podem ajudar a interpretar os dados a serem apresentados na próxima seção.

Escrevendo no final dos anos 1970, Schwartzman afirmava nas conclusões de seu texto haver indícios de que a situação da marginalidade política de São Paulo em relação ao centro de poder nacional estava se alterando. Certamente, observava a emergência de lideranças paulistas, como Franco Montoro e Mario Covas, na cena política nacional. Além disso, ocorria, na época, uma então inédita ascensão a cargos de ministros de Estado, de economistas originários da Faculdade de Economia da USP, como Delfim Netto, nos governos militares e de João Sayad, na redemocratização. Isto pode ter sido a base para a hipótese do autor. Vejamos então o que os dados recolhidos nos informam.

Materiais e métodos

A pesquisa concentra-se na análise das elites dirigentes que ocuparam cargos no alto escalão do Estado brasileiro entre 1930 e 2023. Foi considerada a segmentação por “Poder” ou ramo do aparelho do Estado e por tipo de agência dentro de cada ramo. Há quatro grupos principais:

- Poder Executivo: composto de 287 ocupantes de posições de destaque, como presidentes da República, ministros de Estado das pastas indicadas e presidentes do Banco Central do Brasil;
- Poder Judiciário: composto de cem cargos, ocupados pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que serviram entre 1934 e 2023;
- Poder Legislativo: composto de 85 ocupantes das presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
- Ministério Público: composto de trinta Procuradores-Gerais da República (PGR) que serviram desde 1931, sendo que o último procurador considerado tomou posse em 2019 e deixou o cargo em 2023.

Para a construção do banco, as fontes utilizadas foram a Biblioteca da Presidência da República, o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, publicado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e, quando escassa a informação, os principais jornais e portais de notícia brasileiros (*Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *G1*, *UOL* etc.).

A Tabela 1 resume essas informações e mostra que mais da metade (57%) dos casos analisados são do Poder Executivo.

TABELA 1
Número de casos por Poder ou ramo do aparelho do Estado brasileiro (1930 a 2023)

PODER	N	% DO TOTAL
Executivo	287	57,2
Legislativo	85	16,9
Judiciário	100	19,9
Ministério Público	30	6
Total	502	100

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 2 é um resumo bem mais detalhado das posições pesquisadas no alto escalão. Ela mostra a distribuição de 502 casos de acordo com o tipo de agência considerada. As contagens e percentuais refletem a frequência desses casos. Esta abordagem quantitativa permitiu examinar as elites dirigentes do Estado brasileiro em várias dimensões, abrangendo mudanças ao longo do tempo e em diferentes setores.

TABELA 2
Frequência de casos por tipo de agência do aparelho do Estado brasileiro (1930-2023)

PODER	AGENTE	AGÊNCIA	N	% DE 502
Executivo	Presidentes*	Banco Central	27	5,4
		Educação	47	9,4
		Educação e Saúde	8	1,6
	Ministros de Estado	Fazenda	48	9,6
		Justiça	66	13,1
		Relações Exteriores	45	9
		Saúde	46	9,2
	Legislativo	Presidentes	Câmara dos Deputados	41
Senado Federal			44	8,8
Judiciário	Ministros	STF	100	19,9
Ministério Público Federal	Procurador-Geral	Procuradoria Geral da República	30	6
Total Geral			502	100

*Somente a partir de 1965.

Fonte: Elaboração própria.

No Poder Executivo, as posições foram categorizadas por ministérios e pelo Banco Central (que somente foi criado em dezembro de 1964). A seleção dos ministérios foi baseada em sua importância ao longo da história republicana brasileira, considerando seu impacto sobre as políticas públicas, governança e representatividade política.

Para não segmentar demasiadamente os dados apresentados na seção seguinte, os egressos das instituições que posteriormente compuseram a USP foram computados como “USP”, mesmo para o período em que esta instituição ainda não havia sido constituída (isto é, antes de 1934). Assim, todas as informações relativas aos egressos da Faculdade de Direito de São Paulo (antiga Academia de Direito, localizada no largo de São Francisco) foram computadas na rubrica “USP”. O mesmo ocorreu com as Faculdades ou Escolas de ensino superior do Rio de Janeiro e da antiga Universidade do Brasil, cujos egressos foram computados como “UFRJ”. Tal procedimento foi adotado para as demais instituições de ensino superior, sempre conferindo as datas relativas à constituição das atuais universidades e as instituições anteriores que as formaram. Isso permite uma visão mais sintética dos dados.

Resultados e discussão

A Tabela 3 diferencia os egressos e não egressos da USP no período analisado por ramo do aparelho do Estado. Os dados mostram que, no global, a USP tem uma presença muito importante. Ela foi responsável, sozinha, por formar nada menos de 25% (ou 126 membros) da elite dirigente brasileira.

Todas as outras instituições reunidas ficaram responsáveis por 74% dos integrantes da elite (370) e há 6 casos omissos (1%): quatro sem curso superior¹⁰ e dois que seguiram cursos técnicos¹¹.

Todavia, a presença de indivíduos que se formaram na “USP” (ou nas instituições de ensino superior que a precederam) varia significativamente entre os Poderes. No Executivo, cerca de 31% dos membros da elite dirigente estudaram na USP, enquanto no Ministério Público apenas 3% são egressos dessa instituição, ou seja, a quase totalidade dos membros do MPF veio de outras instituições de ensino superior. No Executivo, o ministério mais uspiano foi o da Fazenda, com 42% dos ministros egressos dessa universidade (20 casos em 48 titulares da pasta). A lista aqui compreende Bresser Pereira, Delfim Netto, Fernando Henrique Cardoso, Zélia Cardoso de Mello, Antonio Palocci, Guido Mantega, Fernando Haddad, entre outros. Outras

10. Artur de Sousa Costa (ministro da Fazenda), Pedro Luis Correia e Castro (ministro da Fazenda), Severino Cavalcanti e Joao Paulo Cunha (presidentes da Câmara dos Deputados).

11. Carlos Brandao e Elmo Camões (presidentes do Banco Central do Brasil).

TABELA 3

*Número total de egressos da USP (ou das instituições que a antecederam em São Paulo) e de outras instituições por Poder ou ramo do Estado brasileiro (1930-2023)**

PODER	USP	NÃO USP	NÃO SE APLICA	TOTAL	
Executivo	N	88	195	4	287
	%	30,7%	67,9%	1,4%	100%
Legislativo	N	16	67	2	85
	%	18,8%	78,8%	2,4%	100%
Judiciário	N	21	79		100
	%	21%	79%		100%
Ministério Público Federal	N	1	29		30
	%	3,3%	96,7%		100%
Total Geral	N	126	370	6	502
	%	25,1%	73,7%	1,2%	100%

*Compreende as instituições de ensino que antecederam as universidades e que depois foram agrupadas na USP ou nas diversas universidades federais do país.

Fonte: Elaboração própria.

duas pastas em que a USP deteve mais de um terço dos formados foram a da Justiça (36%) e a de Relações Exteriores (também 36%).

Esses dados sugerem que a formação na USP é mais prevalente em alguns ramos do Estado do que em outros, o que pode ser relevante para entender oportunidades e opções abertas às elites dirigentes do país. No Judiciário a proporção é praticamente a mesma do Legislativo: aproximadamente 80% não estudaram na USP, e 20% sim.

Merece destaque o papel representado pela Faculdade de Direito dentro da USP. A Tabela 4 mostra que “USP” significa basicamente “Direito”. Nada menos de 75% dos casos analisados (95 em 126) se formaram na Faculdade do Largo de São Francisco¹². Os demais cursos relevantes são Economia (11 casos ou 9%) e Engenharias (8 casos ou 6% do total).

12. Realizou-se um teste de Qui-Quadrado de Pearson, obtendo-se uma estatística de 505,719 e um valor-p < 0,001, sugerindo associação significativa entre cursar a USP e cursar na área de Direito. Devido a contagens esperadas baixas, aplicou-se o Teste Exato de Fisher-Freeman-Halton, que confirmou a associação com valor -p < 0,001. O V de Cramer foi de 0,71, indicando uma associação moderada a forte, com significância estatística confirmada (p < 0,001).

TABELA 4

*Associação entre o tipo de curso superior (Direito e outras carreiras) e ter cursado ou não a “USP” (em %)**

UNIVERSIDADE	DIREITO	NÃO DIREITO	NA	TOTAL
USP	75,4	24,6		100
NÃO USP	66,2	33,8		100
NA			100	100
Total	67,7	31,1	1,2	100

*Compreende as instituições de ensino que antecederam as universidades e que depois foram agrupadas nas universidades mencionadas.

Fonte: Elaboração própria.

No grande contingente de “não USP”, três instituições universitárias são mais importantes: a “UFRJ”, ou melhor, todas aquelas instituições que reunimos arbitrariamente nessa rubrica (tais como a Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, Escola Livre de Engenharia, Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro etc.) contribuíram com 90 indivíduos (18% do total); a “UFMG” com 43 casos (9% do total); e a “UFPE” com 26 (5%). Nas análises seguintes compararemos a “USP” com essas quatro universidades.

Ao enfatizar os diferentes momentos da história política brasileira ou regimes políticos pelos quais passou o país ao longo de todo o período considerado, os dados revelam tendências interessantes, conforme se pode observar na Tabela 5.

TABELA 5

*Universidades de origem dos dirigentes do Estado por regime político**

REGIME POLÍTICO	“UFMG”	“UFPE”	“UFRJ”	“USP”	OUTRAS INSTITUIÇÕES	TOTAL
Democracia de 1934	8,7		17,4	52,2	21,7	100
Ditadura Estado Novo	16,1	9,7	35,5	19,4	19,4	100
Democracia de 1946	11,2	4,7	25,2	35,5	23,4	100
Ditadura Militar	8,2	7,3	28,2	13,6	42,7	100
Democracia de 1988	6,5	4,3	7,4	23,8	58,0	100
Total Geral	8,6	5,2	17,9	25,1	43,2	100

*Compreende as instituições de ensino que antecederam as universidades e que depois foram agrupadas nessas instituições com a federalização

Fonte: Elaboração própria.

Durante a democracia de 1934, 52% dos ocupantes dos cargos da elite dirigente vieram da “USP” e apenas 17% da “UFRJ”, ou melhor, de instituições de ensino superior que posteriormente compuseram a USP e a UFRJ. Se nesse período democrático há uma forte presença dos formados em São Paulo entre as elites dirigentes, durante a ditadura do Estado Novo a participação dos egressos do Rio de Janeiro, capital da República, duplica em relação ao período anterior, passando para 35,5%, enquanto os de São Paulo caem para 19%. Tal mudança pode ser associada à centralização do poder ocorrida no primeiro governo de Vargas e à marginalização dos antes poderosos partidos estaduais paulistas (PRP e PD), processo esse que foi traço marcante da história política brasileira naquele momento.

Essa constatação é reforçada quando se observa que, com a instauração da democracia em 1946 e beneficiando-se dos ventos liberais de então, a “USP” retoma sua posição de maior fornecedora de quadros para o Estado brasileiro, mesmo que em patamar mais baixo que o anterior (35,5%), enquanto os egressos da capital federal caem para 25% do total, refletindo muito provavelmente um momento de descentralização política na federação brasileira. Os formados em outras instituições representam apenas 23%.

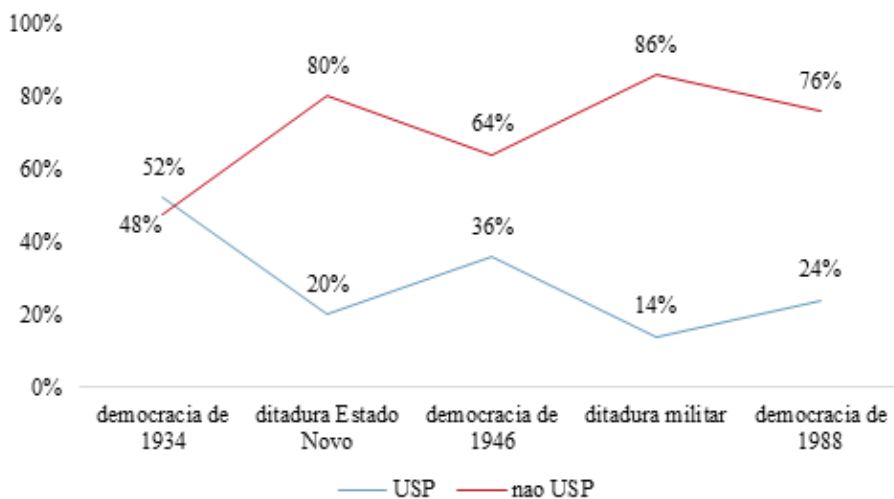
Durante a ditadura iniciada em 1964, embora a frequência dos casos se distribua entre mais instituições no país (43% em outras universidades), por efeito de mudanças nas políticas de ensino superior e de transformações mais amplas ocorridas na sociedade brasileira, há uma inversão de posições: a “UFRJ” passa a ter participação mais elevada, com 28%, e a “USP” tem a sua reduzida para menos de 14%, o menor valor da série. Com o retorno à democracia em 1988, a participação da USP volta a crescer, repetindo o movimento ocorrido na democratização de 1946, mas com percentuais menores (cerca de 24%), pois a expansão das instituições de ensino superior no restante do país continuou a se intensificar, com crescimento elevado de egressos provenientes de outros centros de formação das elites. A categoria “outras universidades” apresenta o maior valor, com 58%.

Para se ter uma visão mais clara destas oscilações, o Gráfico 1 permite mostrar a maior participação da USP na democracia e sua redução na ditadura, configurando uma associação significativa entre o tipo de regime político e a fonte preferencial de recrutamento de elites dirigentes¹³.

13. Os resultados do teste qui-quadrado de Pearson indicaram uma associação significativa entre as variáveis testadas, $\chi^2(8, N = 502) = 24,911, p = .002$. Devido ao fato de que 5 células (33,3%) tinham uma contagem esperada menor que 5, foi realizado um teste exato de Fisher, que também mostrou uma associação significativa ($p = .005$). Além disso, o teste exato de Fisher-Freeman-Halton reforçou essa associação significativa ($p < .001$).

GRÁFICO 1

Frequência de formados pela “USP” em comparação com todas as outras universidades por regime político



Fonte: Elaboração própria.

Tais oscilações podem ser visualizadas também por décadas, comparando os números da USP com os das quatro principais universidades em que se formaram as elites dirigentes do país (Tabela 6).

TABELA 6

*Universidades mais frequentes na formação das elites dirigentes do Brasil por décadas (em %)**

DÉCADAS	“UFMG”	“UFPE”	“UFRJ”	“USP”	OUTRAS	TOTAL
1930	12,8	6,4	25,5	38,3	17	100
1940	12,1	3	39,4	21,2	24,2	100
1950	18,4	2	22,4	44,9	12,2	100
1960	7,5	10	23,8	23,8	35	100
1970	2,3	7	34,9	4,7	51,2	100
1980	8,8	2,9	11,8	23,5	52,9	100
1990	11,1	5,6	7,4	24,1	51,9	100
2000	2	6	6	30	56	100
2010	3	3	7,6	19,7	66,7	100
2020	16,7			8,3	75	100
Total Geral	8,6	5,2	17,9	25,1	43,2	100

* Compreende as instituições de ensino que antecederam as universidades e que depois foram agrupadas nessas instituições com a federalização.

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 6 mostra que na década de 1930 as instituições de ensino superior de São Paulo tiveram a frequência mais alta, com quase 40% (38,3%), seguidas pelas instituições do Rio de Janeiro com 25,5%. Os dois estados, juntos, responderam pela grande maioria do recrutamento de elites nessa década (64%). Nos anos 1940, há uma inversão entre essas instituições, sendo que a UFRJ se destaca como a mais frequente, com praticamente 40% do total, enquanto a USP cai praticamente para a metade da década anterior (21,2%). Na década seguinte, a USP volta a ser a instituição com maior número de egressos na alta direção do Estado brasileiro, com impressionantes 45%. Todavia, nos anos 1970, a diversificação das instituições formadoras das elites dirigentes se intensifica: 51,2% estão na categoria “outras universidades”, UFRJ com 35%, e USP representando apenas 4,7% dos egressos. Nas décadas seguintes a diversidade institucional continua aumentando, com destaque para a UFMG, por exemplo, que já aparece com 11% nos anos 1980, configurando um quadro em que a maioria das elites dirigentes do Estado brasileiro é formada em outras instituições que não a USP e a UFRJ.

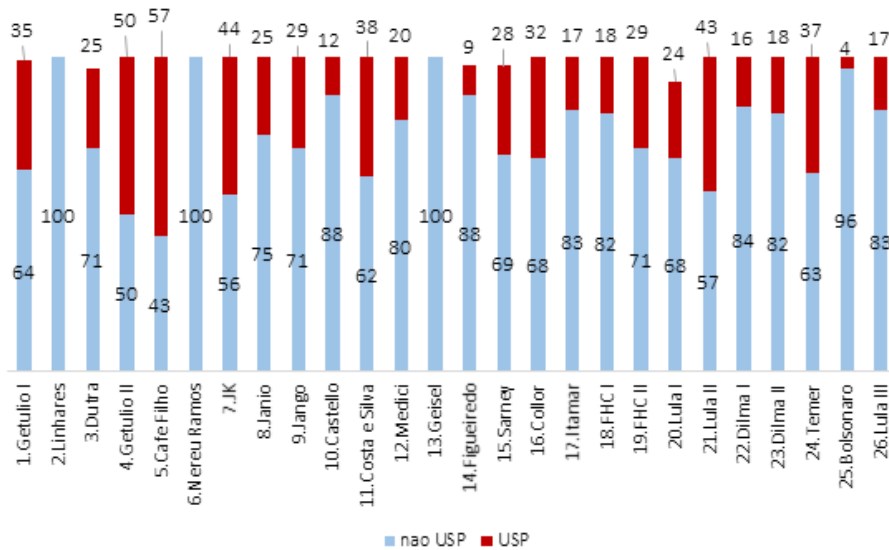
Mesmo assim, olhando o total, USP e UFRJ continuam sendo o viveiro principal de formação das elites dirigentes do país, com 25,1% e 18,3%, respectivamente. No caso da USP, embora seja a instituição que mais oferece quadros para o Estado brasileiro (com um quarto do total), na década de 2020, essa participação diminuiu de forma sensível, caindo para apenas 8,3%. O Gráfico 2 organiza os dados por presidente da República

No primeiro governo Vargas (Estado Novo), as instituições de ensino sediadas em São Paulo que posteriormente formarão a USP tiveram a maior frequência, com 34,5% do total. As do Rio de Janeiro vieram em seguida, com 27,3%. No governo de Eurico Gaspar Dutra, a UFRJ se destacou como a mais frequente, com 33,3%. A UFMG também teve presença considerável, com 16,7%. No segundo governo Vargas e no governo JK, a USP retomou sua posição como a universidade que mais forneceu quadros para o Estado Nacional com respectivamente 50,0% e 44%, e a UFRJ vai de novo para o segundo lugar nesses dois governos, com 28,6% e 20% respectivamente.

Alguns destaques devem ser feitos por governo. Durante a presidência de Ernesto Geisel, a USP teve uma queda abrupta de participação e a UFRJ passa a ter a maior frequência, com 47,4%. No caso dos dois governos de FHC, embora esse presidente seja politicamente originário de São Paulo e egresso da própria USP, seus governos apresentam baixos percentuais de participação da universidade paulista. Se esse fato, à primeira vista, surpreende, ele pode ser explicado, por outro lado, tanto pela necessidade do governo de garantir sua coalizão com partidos que têm mais representação em outros estados da federação, quanto pelo fato de FHC ter recrutado os mentores do Plano Real e futuros dirigentes da área econômica de seu governo entre egressos

GRÁFICO 2

Egressos da “USP” e não USP por presidentes ao longo do tempo (1930-2023) (em %)



Obs.: Para este gráfico foram desprezados 6 casos (1,2% de 502 onde a categorização não se aplica).

Fonte: Elaboração própria.

de centros universitários fora de São Paulo, com destaque para nomes como Pedro Malan, Gustavo Franco, Edmar Bacha, Lara Resende etc.

Em contrapartida, no primeiro governo de Lula, embora tenha aumentado a diversificação de instituições onde ele recrutou seus quadros, a USP tem a maior frequência, com 24%. Nos governos de Dilma Rousseff, a diversificação foi mais significativa ainda, com predominância de outras instituições de ensino superior. No governo de Jair Bolsonaro, os percentuais de egressos da USP caem consideravelmente, sendo o mais baixo após a redemocratização.

Olhando para o recrutamento pelo crivo dos Poderes do Estado (Tabela 7), repete-se um padrão já observado: no Executivo, a USP é a instituição mais proeminente, com 88 membros (31%), vindo em segundo lugar a UFRJ, com cerca de 15% (42 casos do total de 287 indivíduos). De maneira geral, as quatro principais universidades frequentadas pelos membros do Executivo compreendem 55% das formações acadêmicas nesse Poder.

Já no Judiciário, as instituições do Rio de Janeiro têm a maior frequência, representando 26% do total, ficando a USP em segundo lugar, com 21%. Em conjunto, essas duas instituições somam nada menos que 47% das formações acadêmicas dos Ministros do STF.

No Legislativo, a USP continua sendo a primeira fonte de recrutamento, mas em um patamar bem mais baixo do que no Executivo, com cerca de 19% dos casos.

TABELA 7
*Universidades mais frequentes por ramo do aparelho do Estado brasileiro entre 1930 e 2023 (em %)**

PODER	“UFMG”	“UFPE”	“UFRJ”	“USP”	OUTRAS INSTITUIÇÕES	TOTAL
Executivo	5,6	4,5	14,6	30,7	44,6	100
Judiciário	15	5	26	21	33	100
Legislativo	7,1	7,1	11,8	18,8	55,3	100
Ministério Público Federal	20	6,7	40	3,3	30	100
Total Geral	8,6	5,2	17,9	25,1	43,2	100

* Compreende as instituições de ensino que antecederam as universidades e que depois foram agrupadas nessas instituições com a federalização

Fonte: Elaboração própria.

A diversidade de universidades é bem maior no Poder Legislativo, com 55% dos membros graduados em outras instituições (47 de 85 casos). Esses dados, obviamente, não surpreendem, tratando-se de um Poder que representa o conjunto da federação brasileira. Por fim, no Ministério Público, a formação acadêmica é mais distribuída entre a UFRJ (40% ou 12 casos) e outras instituições (30% ou 9 casos). A USP é francamente minoritária (apenas 1 caso entre 30). Essa é uma constatação que exigirá mais pesquisas para ser explicada. Em síntese, se a formação acadêmica das elites dirigentes varia conforme a esfera de Poder, USP e UFRJ são consistentemente as instituições mais frequentadas. A Tabela 8 calcula esses percentuais para cada agência ou órgão em separado.

Com relação às agências do Poder Executivo, USP e UFRJ continuam predominando (Tabela 8), exceto no Ministério da Justiça em que a UFMG é a segunda colocada com quase 11% dos indicados. No cargo de Presidente do Banco Central, 37% dos membros têm formação naquelas duas instituições. No Ministério da Educação, a USP sobressai com 30% dos ministros, mas há uma variedade maior de instituições de formação dos quadros desta área (quase 50% dos casos são de formados em outras universidades). No Ministério da Fazenda, o padrão geral se reproduz: a USP é novamente a universidade mais frequente, com quase 42% dos ministros (20 de 48), seguida pela UFRJ com 23% (11 casos).

Na pasta da Justiça, a USP se destaca novamente com 36% (24 casos de um total de 66 ministros que serviram nesse período), seguida por outras instituições com 44% (29 ministros), sugerindo que a formação dos membros da Justiça é mais diversificada. Nas Relações Exteriores há maior distribuição entre USP e outras instituições (38% ou 17 de 45 chanceleres), indicando diversidade também na formação de

TABELA 8

*Universidades mais frequentes na formação da elite por Poder e agências do Estado brasileiro entre 1930 e 2023 (em %)**

PODER	AGÊNCIAS	“UFMG”	“UFPE”	“UFRJ”	“USP”	OUTRAS INSTITUIÇÕES	TOTAL
Executivo	Banco Central			18,5	18,5	63	100
	Educação	2,1	8,5	10,6	29,8	48,9	100
	Educação e Saúde	12,5		37,5	12,5	37,5	100
	Fazenda	6,3		22,9	41,7	29,2	100
	Justiça	10,6	6,1	3,0	36,4	43,9	100
	Relações Exteriores	4,4	4,4	17,8	35,6	37,8	100
	Saúde	4,3	6,5	17,4	17,4	54,3	100
Legislativo	Câmara	9,8	9,8	9,8	26,8	43,9	100
	Senado	4,5	4,5	13,6	11,4	65,9	100
Judiciário	STF	15	5	26	21	33	100
Ministério Público Federal	PGR	20	6,7	40	3,3	30	100
	Total Geral	8,6	5,2	17,9	25,1	43,2	100

* Compreende as instituições de ensino que antecederam as universidades e que depois foram agrupadas nessas instituições com a federalização.

Fonte: Elaboração própria.

membros nesse ramo. O Ministério da Saúde, por sua vez, apresenta situação ímpar: a maioria (54% dos casos, ou seja, 25 ministros dentre 46) formou-se em instituições outras que não essas quatro ressaltadas. Tem-se, aqui, outro fato a ser desvendado em futuras pesquisas.

Com relação ao Judiciário, a UFRJ se destaca como a primeira instituição fornecedora de membros para o Supremo Tribunal Federal com 26%, seguida pela USP com 21% de um total de 100 casos. Essas duas instituições desempenham novamente papel relevante na formação dos membros do STF, como o fizeram nas demais áreas já mencionadas com 47% dos ministros. Com relação ao Poder Legislativo, sendo São Paulo o Estado com maior número de deputados federais, a USP também é a mais frequente. No caso do Senado, onde a representação é igual para todos os Estados da federação, a distribuição é mais equilibrada, com maior diversidade de formação no ensino superior.

Em suma, a USP e a UFRJ emergem como as instituições mais frequentes, com 25% e 18%, respectivamente. Mesmo havendo diversidade de origens educacionais por parte dos ocupantes dos cargos nos altos escalões do Estado brasileiro, estes dois centros universitários se destacam, de forma expressiva e ao longo de décadas, como o núcleo principal de formação das elites dirigentes do país.

Todavia, há uma particularidade quando se examinam as principais agências de política econômica do Brasil: a USP não foi a principal instituição de formação de seus dirigentes. No BNDES, do total dos 38 presidentes da instituição, entre 1950 e 2023, menos de um quarto vieram da USP, havendo um recrutamento preferencial em outras instituições de ensino, particularmente do Rio de Janeiro (14 casos). Na Assessoria Econômica de Vargas, órgão semioficial que funcionou no próprio Palácio do Catete, durante o segundo governo Vargas (1951-1954), sendo responsável pela formulação de importantes projetos de desenvolvimento econômico do país, todos os seus membros vinham do Nordeste (Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira, Cleanto Paiva Leite e Ignacio Rangel) (D'Araújo, 1982; Lima, 2013). Na Sumoc, o denominado embrião do Banco Central, dos 12 dirigentes com informações disponíveis (no total de 18 membros), apenas 2 eram formados na USP.

Em outras palavras, mesmo sendo uma instituição de renome, a USP não predominou na formação de dirigentes de agências de política econômica no Brasil. Essa tendência, vista ao longo de várias décadas, reflete uma diversidade nas origens educacionais e nas influências na formulação de políticas econômicas no país, além de mostrar como as dinâmicas políticas e econômicas mudaram ao longo do tempo sem a influência direta dos “uspianos”.

Se a importância da USP na formação das elites dirigentes do país é inquestionável, a presente análise revela também uma dinâmica mais complexa, influenciada por mudanças ao longo do tempo e por diferentes contextos políticos. Este estudo reitera ainda a necessidade de compreender que a formação das elites dirigentes exige uma visão mais ampla e que se considere a diversidade de instituições e de trajetórias educacionais aí envolvidas (Miceli, 1981; Canedo, 2016).

Estamos cientes dos limites da abordagem aqui adotada. Entre eles, indica-se a dificuldade de estabelecer quando a USP, como uma nova universidade, começa a ter impactos efetivos no recrutamento de dirigentes do Estado brasileiro no nível federal de governo. Ademais, o fato de um dirigente ter obtido seu diploma em uma determinada instituição de ensino superior não significa que ele tenha ocupado os cargos da alta direção do Estado pelo impacto direto da formação acadêmica nessa instituição. Como exemplo, pode-se evocar o caso de Raul Fernandes, um carioca graduado na Faculdade de Direito de São Paulo no final do século XIX, mas que desenvolveu toda sua carreira política no Rio de Janeiro, desde vereador em Vassouras, sua cidade natal,

até os vários mandatos de deputado estadual e federal pelo Rio de Janeiro, além de se tornar diplomata e relator da Constituição de 1934, credenciais que certamente foram importantes para alavancar seu acesso a futuras posições de Ministro das Relações Exteriores do governo Dutra e de Café Filho¹⁴. Em suma, se os dados levantados não nos permitem fazer uma avaliação mais consistente do projeto dos mentores da USP, eles apresentam pistas instigantes para futuros desdobramentos analíticos.

Considerações finais

O artigo investiga o impacto significativo da Universidade de São Paulo na geração de lideranças para o Estado brasileiro, salientando sua importância histórica ao longo de quase um século. Os dados revelam que, especialmente durante períodos democráticos, a USP foi preponderante, tendo, porém, sua influência diminuída durante os regimes ditatoriais. Essa oscilação no recrutamento dos quadros dirigentes reflete, por sua vez, a própria oscilação da interação entre o poder econômico e o poder político de São Paulo, desde que perdeu sua hegemonia em 1932, conforme analisado por Schwartzman (1975).

A USP não foi a única, mas é a principal instituição formadora das lideranças estatais no Brasil. Sozinha, reiteramos, ela foi responsável por formar nada menos do que 25% da elite dirigente do país no período estudado. De fato, ela dividiu essa função com as instituições de ensino superior do Rio de Janeiro e, com elas, tem representado o núcleo central de recrutamento de quadros para os altos escalões da esfera federal do governo.

Assim, é possível concluir que a USP teve papel expressivo, mas não exclusivo, na tentativa de recuperar a liderança política de São Paulo. Diversos fatores limitaram esse objetivo, como as políticas centralizadoras de Vargas e dos governos militares e mudanças sociais e econômicas mais amplas por que passou o país no período. Ademais, a expansão do sistema universitário brasileiro no século XX permitiu que outras instituições, como as de Minas Gerais e Pernambuco, também contribuíssem, embora em menor grau, para a formação de lideranças. Esses fatores, em conjunto, impediram a realização completa dos objetivos propostos pelos fundadores da USP.

14. A trajetória de Raul Fernandes pode ser mais bem compreendida se considerarmos que a Academia de Direito de São Paulo, juntamente com a Academia de Direito de Olinda, foram as duas primeiras escolas jurídicas fundadas no Brasil, em 1827, após a Independência e se tornaram as mais importantes na formação de quadros da burocracia do então recém-criado Estado Nacional, não só na Monarquia, mas também na República Velha (Adorno, 1988). Este fato explica a razão pela qual grande parte das elites políticas do período, mesmo as oriundas de outras províncias/estados, tenham sido formados nestas instituições.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. (1988), *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ADUSP. (1978), *O livro negro da USP. O controle ideológico na Universidade*. São Paulo, Associação de Docentes da Universidade de São Paulo.
- AZEVEDO, Fernando de. (1937), “A educação pública em São Paulo: problemas e discussões”. In: *Inquérito para O Estado de S. Paulo em 1926*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- CANEDO, Leticia. (2016), “Herança política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964)”. *Pro-Posições*, 13 (3): 169-198.
- CARDOSO, Irene. (1982), *A universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo, Cortez.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. (2022), “Relato pessoal ou primazia da estrutura? Da história oral à história estrutural como modelo para a sociologia histórica: o caso da história institucional da USP”. *Tempo Social*, 34 (1): 55-82.
- CODATO, Adriano. (2010), “A elite destituída: a classe política paulista nos anos trinta”. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro & ODALIA, Nilo (orgs.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo, Editora Unesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, vol. 2, pp. 275-305.
- CODATO, Adriano. (1997), *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo, Hucitec.
- CODATO, Adriano & PERISSINOTTO, Renato. (2011), “Marxismo ou elitismo”. In: *Marxismo como ciência social*. Curitiba, Editora UFPR.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. (1982), *O segundo governo Vargas, 1951-54. Democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro, Zahar.
- HEY, Ana Paula, & CATANI, Afrânio. (2006), “A USP e a formação de quadros dirigentes”. In: MOROSONI, Marília (org.). *A universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília, Inep, pp. 295-312.
- LEFF, C. (1970), *The planning process and the political system in Brazil: a study of Kubitschek's Target Plan*. Ithaca, Cornell University Press.
- LIMA, Marcos Costa (org.). (2013), *Os boêmios cívicos: A Assessoria Econômica de Vargas (1951-54)*. Rio de Janeiro, Centro Internacional Celso Furtado/Banco do Nordeste.
- LIMONGI, Fernando. (1989), “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Idesp/Vértice/Finep, vol. I.
- LOUREIRO, Maria Rita. (1997), *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- MESQUITA FILHO, Julio. (1969), “Pensamento diretor dos fundadores da Universidade de São Paulo”. In: *Política e cultura*. São Paulo, Livraria Martins.
- MICELI, Sérgio. (1981), “Carne e osso da elite política brasileira pós-30”. In: FAUSTO, Boris (org.) *História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano – sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

- NOGUEIRA, Marco Aurélio. (2010), *O encontro de Joaquim Nabuco com a política*. As desventuras do liberalismo. São Paulo, Paz e Terra.
- SOLA, Lourdes. (1988), *Ideias econômicas, decisões políticas: técnicos e políticos no governo da economia*. São Paulo, Edusp.
- SCHWARTMAN, Simon. (1975), *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo, Difel.
- SCHWARTMAN, Simon. (1979), "São Paulo no poder?" *O Estado de São Paulo*. 24 ago. 1979, p. 2.
- WILLIAMS, G. & Filippakou, O. (2010), "Higher education and UK elite formation in the twentieth century". *High Educ*, 59: 1-20. <https://doi.org/10.1007/s10734-009-9229-6>.
- WITTER, José Sebastião. (1984), *USP, 50 anos. Registro de um debate*. São Paulo, Edusp.

Resumo

Fábrica de líderes: a influência da usp na formação da elite dirigente nacional

A Universidade de São Paulo (USP) é reconhecida por sua importância científica e cultural. O artigo investiga o grau de influência da USP na formação das elites dirigentes do Brasil. O estudo se baseia em uma análise quantitativa da formação acadêmica dos ocupantes do alto escalão da administração pública federal (Presidentes da República, Presidentes do Banco Central, Ministros de Estado, líderes do Legislativo, Judiciário e do Ministério Público) desde os anos 1930 até a atualidade. Os dados revelam que a USP contribuiu significativamente para a formação de membros do alto escalão federal em diferentes esferas e sua influência é dominante. A participação de egressos da USP varia ao longo do tempo e entre diferentes regimes políticos, sendo mais acentuada em períodos democráticos. Além disso, outras instituições de ensino superior também tiveram papéis importantes na formação de elites dirigentes. A diversidade de instituições frequentadas pelos membros do governo reflete a complexidade e a dinâmica da formação das elites brasileiras, influenciada por mudanças políticas e sociais ao longo do tempo.

Palavras-chave: Universidade de São Paulo; Formação acadêmica; Elite dirigente; Política brasileira; Estatística descritiva.

Abstract

Factory of leaders: the influence of usp in the formation of the national ruling elite

The University of São Paulo (USP) is acknowledged for its scientific and cultural significance. This article investigates the extent of USP's influence on the shaping of Brazil's governing elites. The study is founded on a quantitative analysis of the academic background of individuals occupying top positions in the federal public administration (Presidents of the Republic, Presidents of the Central Bank, Ministers of State, leaders of the Legislative, Judiciary, and the Public Prosecutor Service) from the 1930s to the present day. The data reveals that USP has made a significant contribution to the education of high-ranking federal members across various spheres, with its influence being predominant. The participation of USP alumni varies over time and between

different political regimes, being more pronounced during democratic periods. Moreover, other higher education institutions have also played crucial roles in the formation of governing elites. The diversity of institutions attended by government members reflects the complexity and dynamics of the formation of Brazilian elites, influenced by political and social changes over time. Keywords: University of São Paulo; Academic education; Ruling elite; Brazilian politics; Descriptive statistics.

Texto recebido em 29/12/2023 e aprovado em 12/01/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.220846.

MARIA RITA LOUREIRO é socióloga, professora titular aposentada da FEA/USP e da FGV/SP e membro da Diretoria do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec). E-mail: marita.loureiro@gmail.com.

ADRIANO CODATO é cientista político, professor associado do Departamento de Ciência Política da UFPR. Editor-chefe da *Revista de Sociologia e Política* e coordena o INCT Representação e Legitimidade Democrática (ReDem). E-mail: adrianocodato@gmail.com.

RAFAEL RODRIGUES VIEGAS é cientista político e pesquisador do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da FGV-SP (CEAPG). Presidente do Observatório do Controle. E-mail: viegas.r.r@gmail.com.

RODRIGO SILVA é cientista político e historiador. Doutorando e mestre em Ciência Política pela UFPR. Editor-adjunto da *Revista de Sociologia e Política*. E-mail: rodrigodasilva010@gmail.com.

